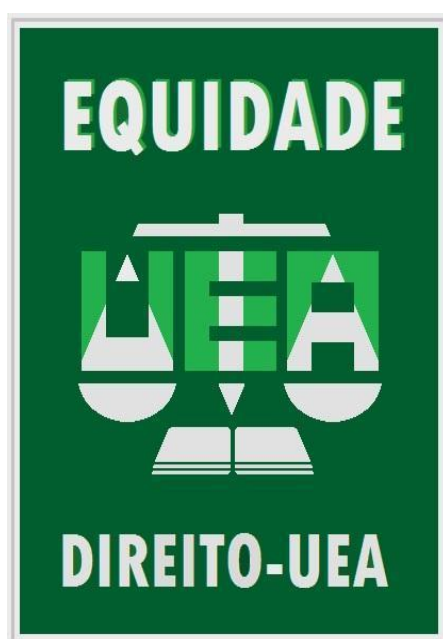


**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



**ESCOLA DE  
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



**EQUIDADE:**

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

**UEA**  
EDIÇÕES

*editora*  
**UEA**

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Wilson Lima  
**Governador**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Profª. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitor**

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos  
**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo  
**Pró-Reitora de interiorização**

Profª. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho  
**Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação**

Profª. Dra. Samantha Coelho Pinheiro  
**Pró-Reitora de Planejamento**

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins  
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos  
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior  
**Pró-Reitor de Administração**

Profª. Dra. Isolda Prado  
**Diretora da Editora UEA**

Profª. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro  
**Coordenação do Programa de  
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito  
Ambiental**

**Revista Eletrônica de Direito da  
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA  
**Coordenação do curso de Direito**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA  
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA  
**Editores Chefe**

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Prof. Msc. Helder Brandão Góes  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

**Editores Assistentes**

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP  
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS  
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP  
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG  
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA  
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

**Conselho Editorial**

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA  
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA  
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA  
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA  
Prof. Msc. Helder Brandão Góes  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

**Comitê Científico**

**EQUIDADE:**

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG  
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA  
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA  
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA  
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA  
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

**Avaliadores**

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
Prof. Msc. Helder Brandão Góes

**Primeira Revisão**

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

**Revisão Final**

# **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

## **Artigo Científico**



### **Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Organizadores**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Comissão científica do evento**

Antonio José Cacheado Loureiro	Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Camila Jatahy Araujo	Jarneson Barbosa Ferreira Batista
Cristiane da Silva Pereira Medeiros	João da Silva Padilha
Raphael Nogueira Holanda Gouveia	João Paulo Ribeiro da Silva
Daniel Rabelo de Melo	Johnattan Martins Pinheiro
David Henrique Lisboa Santiago	José Adelson da Silva Miranda
Bruno Jordano da Silva Brito	Leandro Santos Gomes
Eurico Dias Teixeira Neto	Lincon de Oliveira Bernarde
Evelton Cezar Bitencourt	Edigley Oliveira da Silva
Fernanda da Silva Pereira	Marcello Phillipe Aguiar Martins
Giêr Monteiro Memoria	Marcelo Travessa Guedes
Hélio dos Santos Júnior	Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Juvenal Cavalcante Portela	Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu	Tulio Diego De Almeida Monteiro
Giêr Monteiro Memória	Victor Dias Noé Araújo
Henrique Raimundo do Nascimento	
Fortaleza	

#### **Comissão de revisores**

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico**



### **Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis**

Adriel da Silva Santos  
Aghata Gonçalves do Amaral Melo  
Amanda leitão da Silva  
Ana Belle Barcelos Faria  
André Guilherme Oliveira Gentil  
André Marques Araújo  
Andrews Martins Siqueira  
Bruna Maria da Silva Mota  
Clodoaldo Matias da Silva  
Denison Melo de Aguiar  
Edinaldo Inocência Ferreira Junior  
Elias Emanuel Lima de Melo  
Elizabeth Ellen Santos Rocha  
Emilly Victória Batista dos Santos  
Ernesto Santos Coelho  
Felipe Matheus de Assis Saraiva  
Gabriel Imay Diaz  
Giovanna Costa Novo Moreira  
Gisele de Almeida Nascimento  
Glenda Martins Monteconrado  
Heitor Lucas Rodrigues Pontes  
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro  
Katy Anne da Silva Ferreira  
Layse Oliveira de Castro  
Luana Caroline Nascimento Damasceno  
Lucas Emanuel Bastos Polari  
Luciana Lima Conceição  
Marcelo Damasceno Rodrigues  
Maria Beatriz Carvalho de Alencar  
Maria Clara Santana Barros de Oliveira  
Paula Carolina Lobato da Cunha  
Raissa Lima do Nascimento  
Rian Carlos de Moraes Pereira  
Rogério Ribeiro da Costa Sheila  
Nascimento de Paula e Silva Oliveira  
Suzy Oliveira de Araújo  
Viviane dos Santos Farias  
Yasmim Ferreira Derzi  
Sheila Nascimento de Paula e Silva  
Oliveira  
Suzy Oliveira de Araújo  
Viviane dos Santos Farias  
Yasmim Ferreira Derzi

**Comissão Organizadora**

# Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

## Artigo Científico



### Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Organizadores**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Comissão científica do evento**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Bruna Maria da Silva Mota  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Formatação**

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Primeira revisão**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Revisão final**

## Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

# **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

## **Artigo Científico**

### **APRESENTAÇÃO**

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis  
Artigo Científico**

**ALÉM DO COTIDIANO: DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO BALIZAS PARA  
A ATIVIDADE POLICIAL**

*BEYOND EVERYDAY LIFE: FUNDAMENTAL RIGHTS AS THE FOUNDATION OF  
POLICE ACTIVITY*

**Lucas Emanuel Bastos Polari<sup>1</sup>**  
**Alderson Dutra Santos Fonseca<sup>2</sup>**  
**Max Willian Costa Fonseca<sup>3</sup>**  
**Denison Melo de Aguiar<sup>4</sup>**  
**Neuton Alves de Lima<sup>5</sup>**  
**Flávio Humberto Pascarelli Lopes<sup>6</sup>**

## 1. INTRODUÇÃO

A segurança pública, fundamental para a democracia, enfrenta no Brasil um desafio

<sup>1</sup> - Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Mestre em Administração de Empresas, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALE, Doutorando em Administração de Empresas – lucasebp@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/9617799075508029>

<sup>2</sup> - Centro Universitário do Norte – UNINORTE, Pós-graduado em Segurança Pública – [aldersondutra@hotmail.com](mailto:aldersondutra@hotmail.com): <https://lattes.cnpq.br/7119084975850163>

<sup>3</sup> - Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná - CEULJI/ULBRA (2018); Especialista em Engenharia e Segurança do Trabalho pela Universidade Cruzeiro do Sul (2020), Direito Penal e processo penal militar pela faculdade Iguaçú (2024), Ciências Políticas pela faculdade Iguaçú (2023), Direito Penal pela Faculdade Serra Geral (2022), Segurança pública e Atividade de Inteligência pela Faculdade Iguaçú (2024) - Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão Pela Universidade Federal do Amazonas – UEA; [cfonseca.maxwillian@gmail.com](mailto:cfonseca.maxwillian@gmail.com) <https://lattes.cnpq.br/4376413135341678>

<sup>4</sup> Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGIBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: [denisonaguiarx@gmail.com](mailto:denisonaguiarx@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

<sup>5</sup> Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: [nalima@uea.edu.br](mailto:nalima@uea.edu.br).

<sup>6</sup> Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: [fpascarellilopes@icloud.com](mailto:fpascarellilopes@icloud.com)

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

persistente: a lacuna entre a teoria e a prática na atuação policial. Mesmo com avanços, a cultura institucional ainda é marcada por heranças autoritárias. Este estudo investiga a formação continuada em direitos humanos como chave para transformar essa realidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, reconhecia a segurança como um direito essencial e inerente ao ser humano (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

## **2. JUSTIFICATIVA**

Este estudo aborda a urgência em humanizar a atuação policial. Apesar de leis alinhadas aos direitos humanos, a prática difere da teoria devido a uma cultura autoritária. A verdadeira reforma exige uma profunda transformação cultural, sendo a formação continuada vital para superar a mentalidade de que "isso não é coisa de polícia".

O objetivo é demonstrar como a educação pode moldar o policial em um "pedagogo da cidadania", promovendo respeito e dignidade, preceitos esses intrínsecos em nossa constituição.

## **3. OBJETIVOS**

### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a importância da formação continuada em direitos fundamentais para a qualificação da atividade policial, visando a prevenção de abusos e a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Descrever o arcabouço normativo que sustenta a necessidade da atuação policial em conformidade com os direitos fundamentais.
2. Avaliar o impacto da formação continuada na percepção e conduta de agentes de segurança em cenários práticos.

## **4. PROBLEMA E HIPÓTESE**

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico**

Em que medida a formação continuada em direitos fundamentais e o arcabouço normativo impactam a percepção e a conduta de agentes de segurança pública em suas atuações práticas?

A formação continuada, com foco no arcabouço normativo e nos direitos fundamentais, resulta em uma melhora significativa na percepção e na conduta dos agentes de segurança, levando a uma atuação policial mais alinhada com os princípios constitucionais e menos propensa a violações.

### **5. METODOLOGIA**

Marconi e Lakatos (2009) A técnica de pesquisa, parte prática de um estudo. Para a coleta de dados, existem duas abordagens principais: a documentação indireta, que utiliza informações já existentes[...]; e a documentação direta, que envolve a coleta de dados no local onde os fenômenos ocorrem[...].

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, já que a coleta de dados foi realizada exclusivamente por fontes secundárias. Para a análise e interpretação, será empregada a Análise de Conteúdo, uma técnica qualitativa que permite identificar, categorizar e sintetizar temas e padrões recorrentes.

### **6. RESULTADOS**

#### **6.1 ANÁLISE DA LITERATURA SOBRE A FORMAÇÃO POLICIAL EM DIREITOS FUNDAMENTAIS**

O treinamento adequado da polícia é essencial para um comportamento em conformidade com os direitos fundamentais, para prevenir violações e para tornar a instituição policial uma agência de justiça social. A discussão sobre o tema em termos teóricos e aplicados destaca alguns avanços, problemas e deficiências no que diz respeito a uma cultura de respeito à cidadania e à diversidade.

A ação policial é protegida pelo princípio do Estado de Direito para a proteção dos direitos humanos básicos. Segundo Campos e Nunes (2018, p. 115), "o papel da polícia é indissociável dos direitos humanos", sendo disciplinado pela Constituição e normas

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico**

internacionais que podem fornecer indicações para o uso da força e restringir, às vezes, a discricionariedade da polícia.

O Artigo 144 da Constituição Federal prevê que a ordem pública seja assegurada, tendo a dignidade humana como uma de suas bases (BRASIL, 1988). A polícia deve aprender sobre a lei do uso proporcional da força, proteção contra tortura e não discriminação. Defende-se também por Ferrer (2007) que o direito à segurança pública deve levar a políticas de respeito à vida e liberdade, em conformidade com tratados internacionais de direitos humanos.

No entanto, simplesmente colocar direitos humanos no currículo não é suficiente. Envolve educação contínua para combater os hábitos de violência e corporativismo. Silva (2021, p. 28) destaca que a educação em Direitos Humanos "influencia positivamente" o trabalho da polícia e aproxima a corporação da sociedade. Segundo (Martins et al., 2021), a adoção de um formato de curso condensado não discute os "resultados mais amplos da intervenção", o que demonstra maior efeito no comportamento do agente através de políticas e supervisão psicológica.

Por último, mas não menos importante, dependerá de uma política sólida de monitoramento, avaliação rigorosa e práticas institucionais para sustentar um diálogo regular com a sociedade, academia e o Ministério Público.

### **6.2. DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO E A REDUÇÃO DE VIOLAÇÕES**

O treinamento para a polícia, necessário no Estado Democrático de Direito, não pode se limitar a meros aspectos técnicos, mas deve incluir bases ético-legais e humanísticas. Essa pedagogia é fundamental para o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma institucionalidade que impeça abusos e violência.

Como afirma Ferrajoli (2002, p. 50), a salvaguarda dos direitos básicos disciplina a atividade estatal e aquilo que é exercido em excesso. A Garantia Legal atua como salvaguarda contra condutas arbitrárias, transforma o policial de um violador de direitos em seu protetor e verifica abusos pela demarcação definitiva do poder.

Como Foucault (2008, p. 423) observa, a polícia é "uma técnica de governo que opera no policiamento social e não apenas na repressão". Portanto, o treinamento do policial é essencial para que ele reconheça seu papel como algo além de mera autoridade

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico**

coercitiva ao sustentar aceitação social e respeito aos direitos individuais.

Bobbio (1997, 112) enfatiza que "o grande problema não é a invenção dos direitos humanos, mas a atualização e a efetividade da história". Nesse sentido, o treinamento dos policiais é fundamental, pois é no convívio diário que os direitos se tornam efetivos ou ineficazes.

Nucci (2016) também afirma que qualquer reclamação sobre abuso de direitos humanos é a consequência razoável quando a polícia é mal preparada, ignorante sobre princípios legais fundamentais e utiliza equipamentos frágeis que dependem do acaso ou pressão para sua investigação contra suspeitos. Conteúdo sobre a Constituição, o Código de Processo Penal e tratados internacionais sobre direitos humanos deve fazer parte do treinamento policial. Treinamento em educação continuada e resolução de conflitos como ação humanizadora e reforço institucional.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa demonstra, contudo, que a legislação brasileira e os tratados internacionais já oferecem um caminho bem trilhado para a polícia operar dentro dos preceitos da dignidade humana e dos direitos constitucionais. Mas a melhor notícia é que a formação continuada é o motor real para tirar estes fora do papel e trazê-los para as nossas realidades. Embora o tema dos direitos humanos esteja formalmente dentro das instituições, há obstáculos contínuos, como o "currículo oculto" e a reação cultural.

Esta pesquisa valida a ideia de que o treinamento focado no diálogo e na reflexão afeta positivamente o comportamento dos agentes. Para manter tal reforma, são necessárias educação contínua, saúde mental para os policiais e um diálogo contínuo com a sociedade.

### **REFERÊNCIAS**

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro. Campus, 1997. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a\\_era\\_dos\\_direitos.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172905/a_era_dos_direitos.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Constituição da república Federativa do Brasil, de 5 outubro de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**  
**Artigo Científico**

em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 21 de Set. 2025.

CAMPOS, M.C.; NUNES, G. **Os Direitos e Garantias Fundamentais para os Agentes da Atividade Policial: um olhar sob a educação continuada de segurança pública.** Cadernos da Fucamp, v.17, n.30, p. 113-138, 2018. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1437/987>. Acesso em: 19 set. 2025.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Disponível em: <https://deusgarcia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/luigi-ferrajoli-direito-e-razao-teoria-do-garantismo-penal.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

FERRER, F. **O direito à segurança** – Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2740997/Flavia\\_Ferrer.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2740997/Flavia_Ferrer.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: [https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault\\_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17637/material/Foucault_Vigiar%20e%20punir%20I%20e%20II.pdf) . Acesso em: 19 set. 2025.

LAFER, Celso. **Direitos humanos: um percurso no direito no século XXI.** . São Paulo: Atlas, 2015. 45 p.

**MANUAL DE FORMAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA FORÇAS POLICIAIS.** Nações Unidas. GENEBRA, 2004. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/dados/colecoes/dh/mundo/dh04\\_dh\\_forcaspoliciais.pdf](https://www.dhnet.org.br/dados/colecoes/dh/mundo/dh04_dh_forcaspoliciais.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico**

MARTINS, C.L.C.; et al. **Formação continuada: uma análise sobre a capacitação dos policiais civis do Estado do Paraná**. Escola Superior da Polícia Civil do Paraná, 2021. Disponível em: [https://www.escola.pc.pr.gov.br/sites/epsc/arquivos\\_restritos/files/documento/2021-12/art\\_1\\_-\\_formacao\\_continuada\\_uma\\_analise\\_sobre\\_a\\_capitacao\\_dos\\_policiais\\_civis\\_do\\_estado\\_do\\_parana.pdf](https://www.escola.pc.pr.gov.br/sites/epsc/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/art_1_-_formacao_continuada_uma_analise_sobre_a_capitacao_dos_policiais_civis_do_estado_do_parana.pdf). Acesso em: 19 set. 2025.

NUCCI, Guilherme de Souza **Direitos humanos versus segurança pública**. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-1948.pdf/view>. Acesso em: 21 de Set. 2025.

SILVA, J. M. dos S. **Os Direitos Humanos na Formação Policial**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/42010/1/JONAS+MACHADO+DOS+SANTOS+DA+SILVA.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação policial; Direitos fundamentais; Educação continuada.

**KEY WORDS:** Police training; Fundamental rights; Continuing education.